



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO

Prorroga por seis meses, a partir de 1º de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria TRT 18ª GP nº 806/2020, que alterou a Portaria TRT 18ª GP nº 421/2017, cujo objeto é a regulamentação da utilização institucional de telefonia celular e internet móvel pelos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

O DESEMBARGADOR-PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO, no uso das atribuições legais e regimentais, tendo em vista o que consta do PA 6244/2020,

CONSIDERANDO os desdobramentos dos efeitos da pandemia de Covid19 e a perspectiva de ainda serem mantidas, por um longo período, a estender-se para o exercício de 2021, as medidas de distanciamento, com a redução na circulação de pessoas no âmbito do Tribunal, de modo a garantir o efetivo controle e prevenção ao contágio;

CONSIDERANDO que, em consequência, deverá permanecer suspensa a realização de audiências presenciais no âmbito das Varas do Trabalho e dos Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Solução de Disputas (CEJUSCs), bem como de sessões presenciais de julgamento no segundo grau, as quais poderão ser realizadas por meio telepresencial, conforme regulamentação constante das Portarias TRT 18ª GP/DG nº 797/2020 e 758/2020;

CONSIDERANDO que as audiências telepresenciais e sessões virtuais e telepresenciais implicam uma maior utilização de recursos telemáticos, havendo um proporcional e considerável aumento de gastos com serviços de internet pelos magistrados e servidores envolvidos em tais atos processuais;

CONSIDERANDO a previsão de recursos na Proposta Orçamentária de 2021 para fazer face a despesas dessa natureza, advinda de redução de outras despesas, especialmente daquelas decorrentes da suspensão das atividades presenciais;

CONSIDERANDO as diretrizes emanadas do Comitê de Retomada dos Serviços Presenciais do TRT18, expressas no Protocolo de Retomada dos Serviços Presenciais no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região, aprovado pela Portaria TRT 18ª SGP Nº 1526, de 28 de outubro de 2020;

CONSIDERANDO que os membros dos Comitês Orçamentários de 1º e de 2º Graus deliberaram, em reunião realizada no dia 20 de novembro de 2020, por aprovar a proposta formulada pela Administração do Tribunal no sentido de prorrogar o “auxílio-internet” de que trata a Portaria TRT 18ª GP nº 806, de 4 de maio de 2020, por mais seis meses, a contar de janeiro de 2021,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar, por 6 (seis) meses, a contar de 1º de janeiro de 2021, os efeitos da Portaria TRT 18ª GP nº 806/2020, que alterou a Portaria TRT 18ª GP nº 421/2017, cujo objeto é a regulamentação da utilização institucional de telefonia celular e internet móvel pelos magistrados e servidores do Tribunal Regional do Trabalho da 18ª Região.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se no Diário Eletrônico da Justiça do Trabalho.

Goiânia/GO, data da assinatura eletrônica.

(Assinado Eletronicamente)

PAULO PIMENTA
Desembargador Presidente
TRT da 18ª Região

Goiânia, 30 de novembro de 2020.
[assinado eletronicamente]

PAULO SÉRGIO PIMENTA
DESEMB. PRES. DE TRIBUNAL